

A URBANIZAÇÃO TURÍSTICA EM DESTINOS LITORÂNEOS E A DINÂMICA ESPACIAL DO TURISMO: UM RECORTE DO DESTINO TURÍSTICO MORRO DE SÃO PAULO, NA BAHIA

THE TOURIST DEVELOPMENT IN COASTAL DESTINATIONS AND THE SPATIAL DYNAMICS OF TOURISM: AN OUTLINE OF THE TOURIST DESTINATION MORRO DE SÃO PAULO, IN BAHIA

Mariana Lacerda Barboza Melo **1**

Resumo: No percurso investigativo, discorremos sobre a relação entre turismo e consumo do espaço; abordamos modelos de turismo na perspectiva da dinâmica espacial e tecemos reflexões acerca da importância do planejamento no processo de urbanização turística. Para aproximar a temática abordada no contexto do objeto de estudo, buscamos investigar a realidade do turismo em Morro de São Paulo, localizado no município de Cairu, no litoral sul da Bahia. Ademais, apresentamos, à luz dos modelos investigados, o ciclo de vida do destino turístico Morro de São Paulo e a relação com o processo de urbanização turística. A partir das evidências constatadas, inferimos que a urbanização turística em Morro de São Paulo provocou alterações na dinâmica espacial daquele destino, sendo possível identificar consequências positivas e negativas e ausência do planejamento, associada à não execução eficaz de políticas públicas, fortalecendo o crescimento desordenado da atividade turística em Morro de São Paulo. **Palavras-chave:** Urbanização Turística. Turismo. Morro de São Paulo. Dinâmica Especial do Turismo.

Abstract: In this survey, it was discussed about the influence of tourist urbanization on the spatial dynamics in coastal destinations. The main aspects of the relationship between tourism and urbanization are outlined here. Based on the premises of the possible positive and negative impacts, caused by the process of tourist urbanization, it was chosen Morro de São Paulo, a village in Cairu, located on the southern coast of Bahia. In this process, we approach the tourism models from the perspective of spatial dynamics. We investigated the real situation of the tourism in in Morro de São Paulo. Besides, we present, according to the selected models, the life cycle of the Morro de São Paulo tourist destination and the relationship with the process of tourist urbanization. Based on the evidences, we infer that the tourist urbanization in tourist destination has caused consequences positive and negative in the spatial dynamics of that place.

Keywords: Tourist Urbanization. Tourism. Morro de São Paulo. Spatial Dynamics of Tourism.

Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade de Salvador – UNIFACS (2014). MBA em Engenharia da Produção com Inteligência Organizacional, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2006). Especialista em Planejamento e Marketing Turístico pelo SENAC – CEATEL (1998). Graduada em Turismo pela faculdade da Bahia (1995).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0888834904936161>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4368-3748>.
E-mail: marianafilha@hotmail.com

Introdução

A industrialização do país, ao provocar movimentos migratórios do campo para a cidade como atração de oportunidades de emprego e “melhoria de vida”, direcionou a existência de serviços e infraestrutura para atender a uma nova realidade imbricada com os cenários urbanos. Contudo, em meio aos anos 1960 e 1970, a força de trabalho advinda do movimento migratório, que não foi “absorvida” pela cidade, retorna para o campo ou migra para as áreas não centrais da cidade, inseridas aí a realidade das áreas litorâneas.

Dentro do contexto da ocupação das áreas litorâneas, destacam-se também os movimentos de veraneio, constituindo-se uma realidade de residentes temporários nesses locais. E, para atender às suas demandas, atividades, serviços e infraestrutura foram instalados, caracterizando o início da urbanização litorânea ou o redimensionamento da estrutura urbana já existente, em casos específicos.

Considerando que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 1994, p. 111), pode-se considerar que no processo da urbanização também são estabelecidas as relações entre natureza, tempo, sociedade e espaço.

Colocar a questão da especificidade de um espaço e em particular o espaço urbano equivale a pensar nas relações entre os elementos da estrutura social, no interior de uma unidade definida numa das instâncias da estrutura social. Mais concretamente, a delimitação de urbano conota uma unidade definida seja na instância ideológica, seja na instância político-jurídica, seja na instância econômica. (CASTELLS, 1983, p. 333).

Diante de tais pressupostos, as reflexões aqui reveladas propõem um direcionamento para o olhar crítico a despeito da urbanização turística e a dinâmica espacial de destinos litorâneos, baseado em pesquisas realizadas na delimitação de um recorte no litoral sul do estado da Bahia com a presença de elementos que traduzem as relações diversas entre a atividade turística, os aspectos socioeconômicos, políticos e ambientais no destino turístico de Morro de São Paulo.

O objeto de estudo é uma destinação turística situada no litoral sul da Bahia, localizada na região da Costa do Dendê, mais precisamente na Ilha de Tinharé, pertencente ao município de Cairu. **Cenário de episódios relacionados à Segunda Guerra Mundial**, a ilha, a partir de 1940, passa a receber visitas de pessoas que moravam em cidades vizinhas, conhecidos como veranistas. Estes representavam famílias vindas de cidades próximas àquela localidade como Gandu, Valença, Cruz das Almas e da capital, Salvador.

Já no decurso da década de 1990, Morro de São Paulo começa a consolidar como destino turístico no mercado nacional, com projeção para o mercado internacional, competindo com outros produtos do nordeste brasileiro, a exemplo de Porto de Galinhas, em Pernambuco e Pipa no Rio Grande do Norte. Fruto das estratégias promocionais dos órgãos oficiais de turismo da Bahia e das ações dos empresários ali instalados (na sua maioria, originários de outros países), a partir do século XXI Morro de São Paulo passa a ser comercializado efetivamente como destino internacional e sofre intervenções físicas decorrentes da implementação do Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (PRODETUR-BA) com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Como objetivo central da pesquisa que ora serve de base para o presente artigo, definiu-se: “Investigar a influência da urbanização turística na dinâmica espacial do destino Morro de São Paulo”.

A partir das reflexões acerca das premissas sociais, ideológicas, políticas e econômicas – as quais se basearam nos autores no cerco da urbanização contemplados no constructo teórico utilizado para fundamentar a pesquisa –, observou-se que as relações sociais e o domínio do capital no local objeto de estudo estabelecem cenários de segregação social, mas dentro de uma esfera contraditória, considerando os benefícios advindos das intervenções do processo de urbanização que trazem oportunidades de trabalho, impondo as condições da desigualdade. Dentro desta perspectiva, de acordo com Lefebvre (2001), os núcleos resistem ao se transformarem. Continuam a ser centros de intensa vida urbana, onde as qualidades estéticas desempenham um grande papel na sua manutenção e tornam-se produto de consumo de alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevivem por assumir este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar.

Durante a pesquisa, verificou-se que o espaço é modificado com o processo de urbanização, interferindo no modo de vida, nas relações comerciais, na paisagem, no fluxo de pessoas e na arquitetura, entre outros aspectos. Considerando a realidade do objeto de estudo, a urbanização turística provocou a alteração do espaço e das diversas relações existentes no mesmo.

Metodologia

A pesquisa desenvolvida teve sua base na abordagem qualitativa, compreendendo um estudo de caso com pesquisa documental e bibliográfica, exploratória, utilizando dados secundários e primários. Fora utilizada a base teórica conceitual dos modelos espaciais de turismo desenvolvidos por pesquisadores e estudiosos, ao longo dos tempos, a partir especialmente da análise de Douglas Pearce. Tais modelos têm as suas bases no trinômio em origem-ligação-destino. Amparados nesse trinômio, foram identificados quatro grupos básicos de modelos: os modelos que enfatizam o componente viagem ou ligação; os modelos origem-destino; os modelos estruturais e os modelos evolucionários.

Ao longo das análises, buscou-se estabelecer uma relação do modelo evolucionário, a partir do modelo de Butler (1980), apresentado por Pearce (2003), com o processo de urbanização turística em Morro de São Paulo. Para realização da pesquisa, foram considerados, como ponto de partida, fenômenos gerais, de forma abrangente, investigando também as particularidades dos fenômenos locais com aplicação de entrevistas, seguindo um roteiro de questões semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas.

Para garantir a transparência e segurança na coleta de dados, e considerando a abordagem exploratória da pesquisa, optou-se pela técnica de amostra fechada por saturação. “A saturação é o instrumento epistemológico que determina quando as observações deixam de ser necessárias, pois nenhum novo elemento permite ampliar o número de propriedades do objeto investigado.” (THIRYCHERQUES, p. 20, 2009).

Dentro dos princípios da amostragem não probabilística intencional ou por julgamento (os elementos da amostra são julgados como adequados baseado em escolhas de casos específicos, na população onde o pesquisador está interessado), a estratégia escolhida para realização das entrevistas com o público considerou subgrupos homogêneos e cadeias de informação com indicação de outros informantes pelos próprios informantes entrevistados.

Segundo o autor supracitado, examinando as experiências internacionais em várias disciplinas, pesquisadores da área social verificaram que as recomendações da literatura técnica para o tamanho mínimo de observações variavam entre 6 e 200. Cruzando esses relatos com as suas próprias experiências de campo, concluíram que a saturação ocorre, geralmente, até a 12ª entrevista, e que os elementos básicos de meta-tema aparecem até a 6ª entrevista. A variabilidade dos dados segue o mesmo padrão.

Durante a realização das entrevistas em campo para a presente pesquisa, foi possível constatar essa realidade; contudo, para a maioria das categorias estabelecidas, a saturação ocorreu entre a 4ª e a 7ª entrevista, considerando tal constatação em cada um dos três grupos entrevistados. Como estratégia de coleta de dados para a pesquisa em tela, foram estabelecidos conjuntos de categorias para cada um dos distintos grupos entrevistados: a) comunidade

local, contemplando representantes da sociedade civil organizada, inclusive; b) empresários do turismo local, envolvendo meios de hospedagem, serviços de alimentação e agência de viagens – para este grupo, a entrevista foi direcionada ao proprietário, ou gestor, responsável pelo empreendimento em alguns casos; e c) representantes da administração pública.

Durante a investigação, além das entrevistas, fora adotada, também, a técnica de observação como forma de coleta de dados, permitindo complementar as informações, uma vez que alguns aspectos da realidade apresentada pelos entrevistados são confirmados durante a experiência de imersão nos dias de pesquisa, em destaque na experiência de consumo dos serviços e da oferta turística disponível, além do aspecto ambiental e cultural verificado. De acordo com Barros e Lehfeld (2000), a observação é uma das técnicas de coleta de dados imprescindíveis em toda pesquisa científica. Para esses autores, observar implica direcionar atentamente o olhar a um objeto, para obter deste um conhecimento.

Análises e Resultados

O processo de urbanização do país fez as cidades brasileiras assumirem um papel multifuncional com a influência dos interesses do capital monopolista e, dentro desse contexto, identifica-se a análise urbana integrada ao funcionamento da economia contemporânea. Entretanto, o estudo da urbanização das cidades não pode desconsiderar os aspectos culturais, a ação das classes sociais e o posicionamento destas, expresso nos hábitos, costumes, estilo de vida e comportamento de consumo, estabelecendo as relações sociais, territoriais e regionais, especificamente no espaço. No caso das cidades brasileiras, observa-se, na maioria das vezes, a urbanização em prol da modernização, mas nem sempre relacionada às questões sociais ou atendendo ao que é definido no plano diretor, quando existe esse instrumento.

As análises de Singer (1980), em torno da questão são direcionadas para a vertente econômica e em uma abordagem do capital, apontam que “[...] a urbanização assume características próprias no capitalismo, na medida em que este cinda as perspectivas micro e macroeconômicas [...]” (SINGER 1980, p. 37). Em verdade, o estudo do urbano com as contribuições de Singer revela a presença das relações de dependência existentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Ao discutir o núcleo urbano em uma ótica social e político-jurídica, Lefebvre (2001) destaca que esses núcleos resistem ao se transformarem, os quais se mantêm como centros urbanizados, tornando-se produto de consumo de grande valor para os turistas estrangeiros. Os destinos turísticos são exemplos concretos dessa realidade, sendo a atividade do turismo uma das responsáveis pelo processo de ocupação de determinadas áreas nos estados brasileiros, em especial as áreas litorâneas.

A partir dos anos de 1960, dois fenômenos caracterizaram fortemente a ocupação do litoral: Por um lado, a popularização das residências de veraneio e os movimentos migratórios, oriundos do campo, ou de outros centros urbanos menores não absorvidos pela indústria – o processo de industrialização no Brasil deu-se de forma tardia se comparada com a Europa. Por outro lado, a sua velocidade gerou a ocupação desordenada e desigual na maior parte do País, provocada pelo êxodo de pessoas que viviam em áreas rurais e migraram para as cidades, demandando a adoção de ampliação e ou instalação de infraestrutura para atender ao aumento populacional dos centros, mas que, em grande parte dos casos, não seguia diretrizes de planejamento urbano. Há de ser considerado, contudo, que a ocupação do litoral decorrente de tais fenômenos não se deu de forma homogênea, mas sim conforme características, socioeconômicas, culturais e ambientais, próprias do contexto regional e espacial de cada local.

Para sustentar o crescimento e a dinâmica da industrialização, fez-se necessário investir na infraestrutura das cidades, gerando instalações de recursos e, em alguns casos, construções de uma cidade voltada para atender às demandas do processo industrial. Tais intervenções atenderiam à nova dinâmica das cidades, provocada pelo deslocamento da zona rural para a zona urbana, em função da possibilidade de trabalho, gerando mobilidade social. Em uma mesma direção, conforme pontua Santos (2009).

Com o simulacro criado pelas ações midiáticas *startadas* por restritos – mas poderosos – grupos, parece que o todo é contemplado, quando na verdade as áreas periféricas, com relevante expressividade populacional e territorial, sofrem pela posição marginal em que são condicionadas pelo proposital “esquecimento”. Como consequência, tornam-se “invisíveis” às ações de *marketing* promocional das cidades na captação de recursos e mercados turísticos, mas funcionam como principal objeto em campanhas políticas.

Para Maricato (2012), o urbanismo brasileiro (entendido como planejamento e regulação urbanística) apresenta comprometimento apenas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas, excluindo a realidade concreta. A ordem está associada a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa, o que contempla uma parcela da sociedade somente reafirmando desigualdades e privilégios. “Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características.” (MARICATO, 2012, p. 122).

A realidade acima apresentada é muito comum em áreas periféricas nos destinos turísticos litorâneos decorrentes das diferenças socioeconômicas realçadas pela urbanização desigual. Cabe destacar que, no caso dos destinos turísticos, muitas vezes as áreas periféricas surgem pela especulação imobiliária que provoca o deslocamento da comunidade local para áreas não centrais constituindo as “cidades ilegais”, fortalecendo o processo de urbanização turística.

O conceito de urbanização turística corresponde a formas específicas de produção do espaço urbano para o turismo e pelo turismo. De acordo com Mullins (1991), esse processo se dá, sobretudo, quando a atividade turística se impõe como dominante na economia local. Trata-se, de uma modalidade peculiar de produzir e estruturar o espaço urbano. “As localidades turísticas representam uma nova e extraordinária forma de urbanização.” (MULLINS, 1991, p. 326).

A respeito da questão, Luchiari (1998) complementa que a urbanização turística tende a introduzir, nos lugares, cenários significativos do imaginário urbano moderno. Esses signos – representados na infraestrutura, na estética arquitetônica, nos objetos de consumo – proporcionam aos turistas a superação do estranhamento ao meio social e natural local, mas implantam, muitas vezes, uma materialidade que não se comunica com o lugar. As paisagens valorizadas por sua rusticidade e distanciamento da urbe são rapidamente transformadas na reprodução de objetos e ações necessários à vida urbana. Além disso, a natureza funcional da rede urbana relaciona-se à estrutura social e à hierarquia posicional dos grupos, conforme a capacidade destes em ter acesso aos benefícios que a cidade oferece.

Por meio da urbanização turística, o meio urbano veste-se de uma materialidade moderna, mas traz de fora seus próprios sujeitos sociais, ou seja, a lógica locacional da infraestrutura da cidade impõe uma apropriação socialmente seletiva do solo urbano. Os condomínios fechados horizontais para segundas residências são um exemplo extremo desses cenários que, indiferentes ao contexto do lugar, são vendidos ao consumo turístico, mas não se incorporam ao cotidiano das cidades. Essas novas formas urbanas instituem o isolamento das sociabilidades, ignoram o contexto e os códigos das narrativas locais, e evitam a possibilidade do encontro da sociedade com seu entorno (LUCHIARI, 1998).

As infraestruturas urbanas e turísticas estão na base da atratividade para o turismo. Os meios de hospedagem, aeroportos, via de acesso, transportes e equipamentos de alimentação são essenciais para a prática da atividade, independentemente do apelo do destino. Decerto que, conforme a potencialidade e o conceito mercadológico que uma destinação possua, encontrar-se-ão diferentes equipamentos com maior ou menor complexidade, maior ou menor sofisticação, tipologias e categorias diferentes. Entretanto, invariavelmente o turismo estabelece diversas relações com o espaço, visto que a sua existência demanda de adequações físicas com interface socioeconômica-espacial, provocando interação entre visitantes e visitados por intermédio do consumo de recursos naturais e culturais expressos nos atrativos.

De acordo com Cruz (2000), a relação entre turismo e urbano, na perspectiva urbano-espacial, metodologicamente, pode ser compreendida por três situações, a saber: “O urbano antecede o aparecimento do turismo; o processo de urbanização é, simultaneamente, um processo de urbanização turística do lugar; ou, ainda, esse processo pode ser posterior ao apare-

cimento do turismo e decorrente dele.” (CRUZ, 2000, p. 25).

A urbanização turística não deve ser projetada apenas na perspectiva dos equipamentos de hospedagem, restauração e transportes, mas com associação destes e de outros elementos específicos ao turismo (atrativos, por exemplo), com o consumo do espaço e infraestrutura básica e de apoio, ali existente e/ou necessária. A oferta turística é definida pelo conjunto de atrativos naturais, culturais, equipamentos turísticos, serviços, infraestrutura básica, infraestrutura turística, infraestrutura de apoio e de acesso. Todos esses elementos devem coexistir de forma integrada e em condições de consumo adequadas, com base nos princípios da qualidade, visando atender às expectativas do visitante, de modo a proporcionar o consumo sustentável do espaço e a definição do conceito do destino.

O turismo provoca, inevitavelmente, alterações no espaço e, na maioria das vezes, causa impactos aos elementos urbanos, seja proporcionando melhorias, seja comprometendo a dinâmica espacial relacionada à urbanização (nos casos do turismo de massa, especialmente), provocando ocupações e edificações irregulares, entre outros aspectos de ordem socioambiental, a exemplo da urbanização desigual, já mencionada anteriormente, em cuja perspectiva destaca-se a importância do planejamento e definição de políticas públicas para a atividade turística, considerando seus efeitos e dada sua complexidade relacionada à urbanização, além dos processos de troca existentes entre a atividade e o meio onde está inserida.

Na ótica de Luchiani (1998), o turismo, enquanto fenômeno contemporâneo, apresenta-se como vetor de transformação contraditório, porém emblemático, em que se acentuam a produção de lugares de consumo e o consumo de lugares por meio da urbanização e dos apelos mercadológicos construídos em volta do potencial e recursos existentes.

Nesse contexto, defende, ainda, a ideia de que a urbanização turística traz novas formas de sociabilidade, articuladas na realidade contemporânea que impulsiona a valorização das paisagens, por exemplo, para o lazer. Com isso estabelece a formação de organizações socioespaciais híbridas, nas quais o novo com o antigo gera composições, mas que necessariamente não precisam ser associadas apenas aos aspectos negativos que provocam a desarticulação de antigas formas. No caso de Morro de São Paulo, objeto da pesquisa que originou o presente artigo, observa-se que o processo de urbanização se deu acompanhado pelo turismo.

Em verdade, a infraestrutura ali instalada corresponde às demandas dessa atividade, entretanto, o destino turístico não foi submetido a princípios do planejamento e, com isso, a urbanização irregular é visível na localidade. Construções residenciais e comerciais instalaram-se em locais impróprios, desconsiderando a fragilidade dos recursos naturais e as possíveis consequências. Fruto de um processo espontâneo, gerado pela atratividade natural, o turismo de massa invadiu Morro de São Paulo e todas as características desse tipo de turismo permaneceram enraizadas no local.

Com a atividade turística de forma comercial, marcada a partir de meados da década de 1980, intervenções na infraestrutura básica foram realizadas ao longo do tempo, mas não suficientes para as características e necessidades locais. Problemas de saneamento, energia elétrica e saúde foram agravados com o aumento crescente da população flutuante e com a instalação de equipamentos de meios de hospedagem e restauração, para atender ao turismo. Até início da década de 1980, a localidade apresentava vida simples sem muita intervenção dos elementos de urbanização, apresentando limitações com sistema de esgoto, água, energia elétrica, saúde e educação. O turismo trouxe para o local, recursos de infraestrutura básica, até então não direcionados para aquele povoado. Contudo, o preço pago por tais recursos implicou na ocupação desenfreada e desordenada do local; na poluição ambiental; na especulação imobiliária e consequente êxodo da população, que vendeu suas casas e seguiu para outras localidades; na invasão de estrangeiros; no alto ingresso de drogas e consumo, inclusive pela própria comunidade local; na sublimação da cultura local; entre outros aspectos de ordem cultural e social. Associado a essas questões, consideram-se também a insuficiência e a incapacidade de planejamento e gestão; recursos humanos e recursos financeiros.

Ao longo do período de 1980 a 2000 foram poucas as intervenções preservacionistas e preventivas, voltadas para controlar ou inibir o processo de ocupação desordenada e a exploração indevida pela urbanização turística. A mais importante foi a criação da APA Tinharé - Boi-

peba, contemplando Morro de São Paulo. Contudo, não se percebia, naquele destino (durante a realização da coleta e análise de dados), a aplicação da legislação pertinente a tal unidade de conservação.

Em 2011 com o projeto de requalificação urbana de Morro de São Paulo a partir dos recursos direcionados pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), foram contemplados: o melhoramento das vias internas de circulação e acessos, por meio de iluminação, calçamentos, passarelas e projetos paisagísticos nas praças, atrativos e mirantes. Essa intervenção pode ser considerada como mais um fator de descaracterização da originalidade do local, em função do turismo. Por outro lado, entregou à comunidade local melhor acessibilidade, coleta de lixo regular e melhoria da limpeza pública, entre outros. Sobre essa questão existem duas correntes locais: uma é favorável à requalificação urbana, e outra se opõe a esse processo.

Em verdade, uma posição radical da crítica acerca do processo de urbanização turística limitaria as possibilidades de melhorias e qualidade de vida da população residente considerando o contexto limitado. Entretanto, o processo não pode passar ao largo do planejamento e das considerações da realidade local, contemplando os aspectos ambientais, culturais, econômicos e sociais.

Até o final da década de 1990, o turismo litorâneo era a modalidade predominante no Brasil, levando as áreas de litoral a serem as mais urbanizadas. Entretanto, segundo Cruz (2000, p. 34), “este fato não se constitui, na verdade, uma mera coincidência, já que o turismo de massa requer infraestrutura turística e infraestrutura-suporte (isto é, urbana). Ainda que precária, essa infraestrutura suporte esteve, no caso brasileiro, especialmente concentrada na faixa litorânea”.

A ausência de liderança no planejamento, a inexistência de consenso, a opacidade nos processos administrativos e a ampla discricção por parte de muitas administrações públicas deixa o caminho livre para que os grupos imobiliários de pressão tomem normalmente a iniciativa. Se ao contrário, existe liderança, consenso, transparência e uma estrutura jurídica clara, a capacidade de manobra desses grupos se reduz rapidamente. (VALLS, 2006 p. 102).

A realidade apresentada pelo autor pode ser claramente identificada no Brasil, principalmente em localidades litorâneas onde os fluxos, em geral, tendem a ser maiores. A espontaneidade da atividade turística gerada pela atração de investidores dos segmentos de meios de hospedagem, transporte, alimentação e a reboque o lazer, explora o espaço, sem que haja o atendimento a legislações específicas relacionadas à cultura e ao meio ambiente. O resultado é a saturação de determinadas áreas como efeito de ações não planejadas, gerando o consumo indevido do território. Tal realidade é visivelmente identificada em Morro de São Paulo, onde a atuação dos empresários e a infraestrutura turística instalada tomou uma dimensão sem controle ao longo do tempo já sendo observados os sinais de possível saturação, representados na retração do fluxo de visitantes estrangeiros, por exemplo. De acordo com Sousa (2006), o território é estabelecido pelas relações entre diferentes grupos, considerando a existência de interesses diversos, relacionando a definição do território à capacidade das pessoas de transformar os espaços conforme os objetivos existentes.

O estudo do consumo do espaço pelo turismo, inevitavelmente, provoca questionamento dos impactos causados por essa atividade, sejam eles de ordem positiva, sejam de ordem negativa. Nesse particular, no Brasil, país com expressiva representatividade de destinos com apelo de sol e praia, a transformação das áreas litorâneas é evidenciada pela instalação de elementos da urbanização e seus desdobramentos, muitas vezes com consequências irreversíveis para o meio ambiente. Assim, a originalidade é abandonada ou substituída por nova lógica. O consumo do litoral brasileiro pelo turismo apresenta formas diferenciadas que podem ser

consideradas de efeito favorável ou não, mas, na maioria das vezes, vêm acompanhadas de elementos de urbanização necessários para que a atividade turística aconteça. A esse respeito, Cruz (2007) apresenta uma análise que considera os elementos da urbanização fatores intrínsecos do turismo.

Modelos de Turismo

De acordo com Pearce (2003), os modelos são fundamentais para o entendimento de fenômenos e para que se estabeleçam relações entre os diversos elementos e fatos que estão envolvidos direta ou indiretamente com determinado objeto investigado, permitindo chegar à compreensão das complexidades do mundo real. Na ótica da dinâmica espacial do turismo, “a base da maior parte desses modelos continua sendo um sistema de origem-ligação-destino, com vários autores enfatizando esses três elementos de forma diferenciada e também os expressando de forma diferente [...]” (PEARCE, 2003, p. 30). Apoiado nesse trinômio, podem ser identificados quatro grupos básicos de modelos: os que enfatizam o componente viagem ou ligação, os modelos origem-destino, os modelos estruturais e os modelos evolucionários. O artigo em tela, propõe-se ao recorte de informações voltadas aos Modelos Evolucionários, dado o foco da pesquisa. Pearce (2003) faz a seguinte análise acerca dos modelos evolucionários: “Modelos que evidenciam mudanças, em termos da evolução dos movimentos turísticos internacionais ou do desenvolvimento de estruturas de turismo, também são importantes à medida que nos fazem atentar para fatores explicativos e processos subjacentes.” (PEARCE, 2003, p. 43).

No modelo de Thurot, o processo evolucionista é definido por três fases, a partir de uma análise associada à evolução de rotas aéreas, e considera as classes sociais para a determinação da oferta e do consumo da atividade turística. A partir disso, estabelece a primeira fase, como a descoberta do destino por turistas ricos e a construção de hotel de classe internacional. A segunda fase, como desenvolvimento de hotéis de classe média alta, com expansão do fluxo turístico. A terceira fase, como perda do valor original para novos destinos e chegada do turismo classe média, configurando o turismo de massa (PEARCE 2003).

O modelo de Thurot, apresentado por Pearce (2003), em certa medida, associa o turismo de massa à saturação do destino e, conseqüentemente, ao desinteresse por parte das classes mais favorecidas e ao acesso para a classe média. Contudo, o modelo não considera que um fato anule o outro. Ou seja, ainda que haja o turismo de massa, não existe o afastamento por completo das classes sociais mais favorecidas, isso porque não se trata de uma segregação.

De acordo com Plog (1975 apud PEARCE, 2003), a ênfase do modelo evolucionista está não na classe social, mas sim na personalidade dos diferentes tipos de viajantes. No seu modelo é reconhecido que destinos diferentes são visitados por tipos diferentes de viajantes. O autor considera dois tipos de viajantes: os psicocêntricos e os aloocêntricos. O primeiro apresenta características mais conservadoras, diferentemente do segundo o qual apresenta espírito de aventura e curioso. Entretanto, o autor defende que um dado destino pode exercer apelos a diferentes grupos em diferentes momentos.

De acordo com o modelo de Plog (1975 apud PEARCE, 2003), à medida que o destino vai sendo mais conhecido, ele se desenvolve e atrai mais visitantes com possibilidades de declínio do mercado, por ser uma fase em que não se trata de algo tão desconhecido, nem tão familiar. “[...] As áreas de destino trazem consigo as sementes de sua própria destruição, à medida que elas próprias se tornam mais comerciais e perdem as qualidades que originalmente atraíam os turistas” (PLOG, 1973 apud PEARCE, 2003, p. 44). Apesar de ser amplamente citado, o modelo de Plog sofreu, por parte de outros autores, diversas críticas, dentre as quais a mais contundente diz respeito à ausência de dinâmica dos indivíduos.

Dentre os modelos evolucionistas, o mais amplamente testado, segundo Pearce (2003), é o modelo de Butler, de 1980. Baseado no conceito do ciclo de vida de áreas turísticas, Butler apoia-se em Plog, Stanfield e Noronha, para apresentar seis estágios em uma sequência hipotética: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e rejuvenescimento ou declínio (PEARCE 2003).

Cada estágio é também acompanhado de mudanças na natureza e extensão das instalações proporcionadas e no abastecimento local /não local dessas instalações. Instalações não específicas para turistas são as que existem no primeiro estágio; as do estágio de envolvimento são fornecidas basicamente por habitantes locais, quando, então, já na fase de desenvolvimento, o envolvimento e controle local declinam rapidamente, à medida que instalações mais modernas e elaboradas são proporcionadas por empreendedores externos, e autoridades regionais e nacionais assumem a responsabilidade pelo planejamento. O envolvimento local só tornará a aumentar no estágio do declínio [...] (PEARCE, 2003, p. 47).

O modelo de Butler (1980), apresentado por Pearce (2003), pode ser associado à realidade de alguns destinos brasileiros, especialmente aqueles que têm como principal vocação o segmento de sol e praia e que não representam grandes centros urbanos. Dentro de uma perspectiva do modelo de desenvolvimento espaço-temporal, Pearce (2003) apresenta o estudo de Gormsen (1981) baseado no histórico do turismo à beira-mar, contudo, com observância na realidade europeia. Dessa experiência se pode considerar, para o estudo da realidade brasileira (em alguns casos), a constatação de que a iniciativa nos primeiros estágios é de investidores externos, mas que, com o passar do tempo, existe uma participação local no processo de desenvolvimento. Entretanto, no caso do Brasil, a participação local não se dá em mesma escala do empreendedor externo. Ainda que essa participação represente mobilidade social e melhoria de qualidade de vida, seu modelo é questionado por Britton, Hilss e Lundgren. Para estes últimos, a participação externa tende a representar uma dominação continuada, nesse caso considerando especialmente áreas periféricas, ou seja, regiões-países em desenvolvimento, uma realidade que contextualiza o turismo no Brasil.

Para a pesquisa em questão, foi considerado o modelo evolucionista, tendo em vista a aplicabilidade e a possível relação com a realidade e características do objeto de estudo, por ser um destino de sol e praia, com consumo de massa, mas não existindo o afastamento por completo das classes sociais mais favorecidas. Apresenta interferência no espaço natural ao longo do tempo em mudanças nas instalações, constatando-se tendências ao declínio.

Ainda que os impactos positivos gerados pelo turismo sejam de expressiva relevância, cabe destacar, para a presente pesquisa, o fator inflacionário como um dos principais efeitos negativos da atividade, com ênfase para o mercado imobiliário e comércio local. Não obstante, o turismo é considerado como a principal atividade econômica do destino Morro de São Paulo, e isso representa a melhoria da qualidade de vida da população local com oportunidade de trabalho, oferta de emprego e geração de renda e sobrevivência inclusive.

A Dinâmica Espacial do Turismo em Morro de São Paulo na perspectiva do Modelo Evolucionista do Ciclo de Vida de Butler

Ao analisar Morro de São Paulo na perspectiva do modelo de ciclo de vida de Butler, para a compreensão da dinâmica espacial do turismo, apresenta-se a realidade encontrada de acordo com as pesquisas de campo. Para gerar maior clareza, são resgatadas as características e os aspectos considerados por Butler em cada uma das 6 (seis) fases, partindo da síntese realizada por Ramos et.al. (2012) e das constatações referentes a Morro de São Paulo, aplicando-se o modelo à realidade local.

Butler sugere que um destino é descoberto por alguns visitantes atraídos por uma oferta de recursos de infraestrutura como acomodações, facilidades de acesso e o uso da

publicidade que no início se dá por meio do boca a boca. Nessa fase, chamada pelo autor de “exploração”, os visitantes virão em pequenos números, inicialmente, com probabilidade de terem bastante contato com a comunidade local, usando a estrutura local. Como as instalações são fornecidas a percepção cresce e o número de visitantes irá aumentar (BUTLER, 1980). Geralmente o destino se apresenta sem uma estrutura voltada para o turista e seus recursos culturais e naturais encontram-se muito bem preservados, e em certo ponto inicia-se o “envolvimento” da comunidade oferecendo serviços especialmente ou até exclusivamente para turistas. A fase de “desenvolvimento” é marcada por áreas de mercado para turismo bem definidas, com sua evolução há a tendência de diminuição da participação da comunidade local. Na fase de “consolidação” começa a haver diminuição na taxa de crescimento do número de turistas, ainda que esse o número continue a crescer. Grande parte da atividade econômica da área está vinculada ao turismo e o fluxo intenso de turistas tende a começar a criar desconforto por parte dos autóctones. Quando a “estagnação” é atingida o número máximo de visitantes é alcançado e apesar de possuir uma imagem bem estabelecida o destino não está mais na moda. Após esta fase o destino tende a entrar em “declínio” no número de turistas, com mudanças em parte das atividades e propriedades que deixam de ser voltadas ao turismo. O autor ainda prevê a fase de “rejuvenescimento”, ainda que ele mesmo afirme que esse estágio muito provavelmente nunca será alcançado. (RAMOS, et.al. 2012).

Fase 1 (1940-1960) – Exploração: Visita dos primeiros veranistas de Morro de São Paulo (década de 1940). As demandas dos visitantes eram atendidas a partir da própria comunidade. Em alguns casos, havia a hospedagem em casas dos moradores locais. Nesse período já existia uma relação de envolvimento e troca com a comunidade. Destaca-se a vida simples das pessoas que ali viviam, conforme relatos nas entrevistas da pesquisa de campo. Nesse período, não havia organização alguma para o turismo. O local não dispunha de energia elétrica, tampouco de abastecimento de água. As pessoas eram atraídas pelo aspecto natural, mas também pelo refúgio na tranquilidade, longe dos sinais de urbanização. O espaço é ocupado por moradores de origem local e, eventualmente, pela visita dos veranistas, sem interferências físico-espaciais.

Fase 2 (1970-1980) – Envolvimento: Surgem os primeiros estabelecimentos comerciais para atender à crescente demanda dos veranistas. As primeiras casas da Primeira Praia são construídas e o local recebe visita dos *hippies*, que permanecem no Morro da Mangaba, durante muito tempo. A energia elétrica e a água encanada já fazem parte da realidade da comunidade. É iniciada a especulação imobiliária pela propagação do turismo. A partir desse período começam os sinais de construções irregulares sob o ponto de vista ambiental, especialmente. A localidade é ocupada por moradores locais e por pequeno fluxo de visitantes, dentre eles veranistas e turistas de origem nacional e internacional.

Fase 3 (1990-2000) – Desenvolvimento-Crescimento: O número de construções aumenta, sem qualquer tipo de controle e sem o saneamento básico necessário. O turismo de massa é intensificado, e os meios de hospedagem, bares e restaurantes são multiplicados. O local atrai pessoas de outros países e outros estados, a fim de estabelecerem negócios no local. A especulação imobiliária impulsiona os moradores locais e a origem local a venderem suas casas. Com o passar do tempo, o local passa a assumir uma identidade híbrida, mas sufocada pela força da maioria (pessoas de outras localidades). Começam os primeiros investimentos com recursos de ordem pública, contemplados em programas como o PRODETUR. Ao longo da década de 1990, Morro de São Paulo começa ser consolidado como destino turístico no mercado nacional com projeção para o mercado internacional, competindo com outros produtos

nacionais. É fruto das estratégias promocionais dos órgãos oficiais de turismo da Bahia e das ações dos empresários ali instalados (na sua maioria, originários de outros países). Essa é a fase em que a população abandona o local ao vender suas casas, estimulada pela especulação imobiliária. O turismo de massa é consolidado no destino. A participação da comunidade, que antes se apresentava como responsável pelo acolhimento e hospedagem nas suas próprias residências, passa a ser como vendedores ambulantes e como mão de obra das pousadas, bares e restaurantes e outros equipamentos ou empreendimentos comerciais. Na maioria das vezes, em propriedade de pessoas de outros países, atraídos pela beleza natural e seduzidos pelas possibilidades de negócios, ao explorar o local pelo viés do turismo.

Fase 4 (2000-2010) – Crescimento-Estabilização. O destino ocupa destaque no turismo baiano, sendo uma das localidades mais visitadas no estado. Possui uma oferta diversificada com empreendimentos de pequeno médio e grande porte. O poder público realiza intervenções em ordem de planejamento e gestão. É crescente o número de leitos e os problemas ambientais, sociais e de estrutura urbana. Ao contrário do modelo de Butler, o crescimento ainda é constante com sinais de retração apenas ao final do período. Há exploração excessiva dos recursos existentes, comprometendo a conservação e a preservação do meio ambiente. É criado o Documento Cairu 2030, com implicações de ordem ambiental, em vistas a mitigar os impactos do crescimento desordenado da urbanização turística.

Fase 5 (2010-2013) – Início de saturação do destino com tentativas de rejuvenescimento: A saturação está não somente em retração da demanda, neste caso, mas também nos recursos naturais e no consumo do espaço, pela ausência de medidas preventivas, ou fiscalização na ocupação e uso do solo. O destino recebe o projeto de requalificação urbana e novas estratégias são definidas. Ações mitigadoras são implementadas e é presente o risco de um declínio imediato. Na tentativa de gerar acompanhamento e controle do fluxo, é criada a taxa de preservação ambiental para o ingresso dos turistas. Na tentativa de reposicionamento do destino, como uma das estratégias é estabelecida a realização de eventos esportivos no local. A ocupação irregular do solo permanece e não há evidências de fiscalização ou controle. As intervenções da requalificação urbana minimizam questões referentes à estética e à limpeza urbana. Entretanto, a mudança da paisagem típica local, especialmente das vias de circulação internas, é alterada, com destaque para a Vila, causando insatisfação em parte da população local e visitantes.

Em ocasião ao período de realização da pesquisa (2012 a 2013), o destino não apresentava atração grandes investidores e não há, em princípio, saída para expansão do turismo da forma como ele se apresenta em Morro de São Paulo. O direcionamento dos interesses de investidores de grandes negócios ou novos voltou-se para Boipeba. A extensão do turismo para “Morro” seria a Gamboa. Isso revela características de um destino que se aproxima de uma saturação seguida de declínio.

A dinâmica espacial do turismo em Morro de São Paulo é representada por um processo sem controle e desordenado da ocupação do solo, pelo intenso fluxo de visitantes e pela crescente especulação imobiliária, além da exploração do destino por estrangeiros sem compromissos ou vínculos com o local.

A urbanização turística sem planejamento provocou o desordenamento, em função da sua espontaneidade e do apelo que o destino oferece. Por outro lado, o turismo gerou oportunidades de renda para a população e elementos importantes para a qualidade de vida da comunidade, considerando-se a modificação das relações espaciais. A concentração do consumo do espaço, em função do turismo, provocou ao longo do tempo a saturação de determinadas áreas em Morro de São Paulo, sendo a Vila e a Segunda Praia os maiores exemplos desse novo cenário.

Em que pese a comparação e as constatações da pesquisa apresentadas com base no Modelo Evolucionista de Butler, deve-se considerar que algumas situações, não previstas no modelo, podem vir a se concretizar, pois os modelos são estáticos e a realidade da atividade turística é dinâmica.

A mudança da atividade econômica predominante, devido ao turismo, faz com que algumas localidades sejam ocupadas em função do suprimento das demandas turísticas, estabelecendo centralidades nas áreas mais próximas dos atrativos naturais, promovendo algumas consequências, como a ocupação de áreas de patrimônio histórico e áreas de risco, a criação de loteamentos clandestinos, entre outros (ARAUJO, 2009). Esta é uma realidade evidenciada em Morro de São Paulo, mas com o agravante da dependência absoluta do turismo, o que se constitui em um risco, pois em situação de saturação do destino haverá um provável deslocamento dos empresários para outras localidades, provocando retração na oferta de emprego e geração de renda, restando poucas ou nenhuma alternativa para a população local.

No âmbito cultural, Dias (2003), assim como outros autores, considera que o turismo provoca efeitos negativos, interferindo, muitas vezes, na originalidade dos elementos, a exemplo do artesanato e da arte, que podem perder seu significado original, transformando-se em meros produtos a serem comercializados.

Outro aspecto importante é a influência nas festas e manifestações culturais. Em alguns casos, são realizadas adaptações para gerar maior afluência de turistas, provocando ora a descaracterização, ora a descontinuidade. Nesse caso, geralmente ocorre em destinos onde o principal fator de atratividade é o aspecto natural sem definição de diretrizes de desenvolvimento sustentável.

Em verdade, os elementos culturais, no caso de Morro de São Paulo, não são explorados pelo turismo, até porque, com o passar do tempo, as manifestações culturais foram perdendo força e as tradições locais não foram mantidas. Em virtude de não haver a continuidade por parte das novas gerações, associado ao principal apelo do local (sol e praia) e ao perfil dos turistas (turismo de massa).

Por outro lado, o turismo é reconhecido também como atividade que valoriza os elementos e o patrimônio de ordem cultural, estimulando o processo de preservação e conservação, tendo em vista que estes, dentre outros elementos, constituem a matéria-prima para o turismo. Um exemplo expressivo é o caso da Irmandade da Boa Morte, situada no município de Cachoeira no Recôncavo Baiano. O segmento do turismo cultural, quando definido por diretrizes de sustentabilidade, proporciona tal valorização, estimulando a população residente e flutuante (turistas e visitantes) a adotar uma postura preservacionista, fortalecendo a originalidade e valores local.

No rol dos efeitos causados pelo turismo no campo social, destacam-se: a modificação dos padrões de consumo da comunidade autóctone; a transmissão de doenças; a conotação de servilismo causando baixa autoestima das populações locais e a perda de identidade local. O turismo “pode transformar-se em instrumento de exploração econômica, prejudicial às pessoas, grupos sociais, à sociedade e até à natureza, se for evidenciado o poder incontrolável que o dinheiro pode chegar a ocupar como supremo valor.” (BENI, 2003, p. 86).

Considerando o efeito positivo do turismo no campo social, devem ser contemplados fatores como a geração de renda, a integração social, a mobilidade social e a aproximação entre povos de diferentes origens. Ademais, estão o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da população autóctone, gerados pela adoção de investimentos voltados para o incremento da infraestrutura urbana e dos serviços para atender à demanda turística, beneficiando diretamente a população local.

Práticas exploratórias de espaços turísticos conferem o caráter negativo do turismo em Morro de São Paulo no campo ambiental. Os exemplos estão nas construções irregulares ou em demasia, provocando o indevido uso e ocupação do solo; no consumo excessivo pelo turismo de massa, gerando a degradação dos recursos naturais; e na alteração da paisagem para atender às demandas de consumo turístico.

Por outro lado, assim como no campo cultural, quando existe um direcionamento adequado da atividade, é possível considerar o turismo como agente catalisador de ações que busquem a preservação e conservação do meio ambiente natural, considerando que os recursos naturais compõem a sua matéria-prima. Ações como campanhas de educação ambiental e definição de taxas de preservação ambiental são algumas das possíveis ações proporcionadas pelo turismo e que posicionam o seu efeito positivo no campo ambiental. Sobre a questão,

Luchiari (1998) apresenta a seguinte reflexão:

Entre o setor turístico e as comunidades receptoras, o primeiro ganha hegemonia das representações da paisagem. A população local, dominada pelo olhar externo, faz uma reavaliação seletiva de si mesma e de sua região. Este processo altera as percepções individuais e imprime uma nova valoração da paisagem circundante e da cultura local a partir da substituição de hábitos e comportamentos, da implantação de outras formas de apropriação da natureza e de um novo estilo de vida tomado como referência. Para relativizar a sociedade local e seu modo de vida. (LUCHIARI, 1998, p.25).

Morro de São Paulo, uma das principais localidades turísticas da Bahia, está inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) Ilhas de Tinharé-Boipeba. Criada pelo Decreto Estadual nº. 1.240, de 05/06/1992, localiza-se no litoral sul do estado da Bahia entre a Ponta do Curral e a Costa do Dendê, abrangendo o município de Cairu, com uma área total de 43.300 ha, envolvendo o Arquipélago de Tinharé. Apesar de estar sob a legislação de uma unidade de conservação, o destino turístico de Morro de São Paulo apresenta sinais e evidências da ausência de intervenção ou fiscalização efetiva, voltada para a preservação e conservação do meio ambiente natural e do uso e ocupação do solo. Ainda que a origem dos problemas ambientais esteja datada antes da criação da APA, não é justificável o cenário atual, visto que, mesmo após a instalação da unidade de conservação, os problemas anteriores continuaram existindo (deficiência em saneamento básico, construções em locais impróprios, ausência de fiscalização, contaminação de recursos hídricos, ausência do tratamento do lixo coletado) e em alguns casos agravaram-se (ocupação desordenada do solo).

Com a crescente e acelerada atividade turística, sem diretrizes de planejamento, surgem em Morro de São Paulo elementos da urbanização pelo e para o turismo ao longo dos tempos, considerando a origem dessa atividade naquele local, a partir dos veranistas da década de 1940 e, mais tarde, a migração de *hippies* que por ali foram se instalando e impactando o cotidiano da comunidade.

A infraestrutura turística instalada, de forma inadequada e sem controle, para atender à crescente demanda, vem comprometendo o meio ambiente, conforme analisa o Diagnóstico ambiental do Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município de Cairu-Bahia (BID, 2006).¹

No diagnóstico do turismo do município de Cairu, apresentado no documento Cairu 2030, datado de outubro de 2005, foi apontado um total de aproximadamente 3.250 leitos em Morro de São Paulo, considerando o ano de 2004. Conforme análise dos consultores responsáveis pela elaboração técnica do documento, esse número já representava um limite excedido de expansão do turismo para o local, em especial no que tange a novas construções de meios de hospedagem, principalmente.

Em nova fonte de pesquisa encontrou-se outro dado referente ao número de leitos, estando registrado que “em novembro de 2003 foram cadastrados 118 meios de hospedagem (pousadas e hotéis), com 4.344 leitos disponíveis, de acordo com a Bahiatursa” [...]. (CONDER, 2010, p. 65).

O fato de nunca ter sido realizado no destino um inventário completo da oferta turística, seguindo oficialmente a metodologia proposta pelo Ministério do Turismo até o ano de 2014, ocasionou a variação de informações encontradas, por não haver registros oficiais de órgãos competentes com a questão. Contudo, considerando-se o levantamento realizado nas entrevistas para a pesquisa em tela, segundo a Secretaria de Turismo do Município de Cairu, em 2013 o destino de Morro de São Paulo apresentava aproximadamente 12.000 leitos. O número

¹ O Diagnóstico completo pode ser encontrado no documento “Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município de Cairu-Bahia” (Cairu 2030). Componente A – “Diagnóstico”. Produto P1 – linha de Base da Informação Socioeconômica e Ambiental. Disponível em <<http://www.cairu.ba.gov.br>>.

apresentado pela Secretaria de Turismo de Cairu, em ocasião da coleta de dados, revela um crescimento de aproximadamente 300% em um período de 10 anos, se considerados os dados das duas fontes de pesquisa citadas anteriormente (CAIRU; UMA; BID, 2005; CONDER, 2010).

A partir do documento Cairu 2030, conforme apresentado anteriormente, o qual revela que em 2004 o local já havia excedido a sua capacidade de crescimento em número de leitos, a variação em 10 anos é extremamente impactante acentuando problemas de ordem ambiental, pois tal crescimento aponta a construção de outros meios de hospedagem em áreas inapropriadas. Além disso, esse cenário vem alimentando o fluxo, também impactante, causado pelo turismo de massa

As considerações aqui apresentadas partem da reflexão acerca da importância dos princípios da sustentabilidade, da exploração dos recursos naturais em consumo massificado, da presença de equipamentos de hospedagem, mas também de alimentação e outros, concentrados e instalados em áreas específicas, de forma irregular sob o ponto de vista do uso e ocupação do solo e sobretudo, não respeitando a legislação pertinente a uma área de proteção ambiental. O crescimento da oferta do número de leitos é diretamente proporcional ao volume da demanda em períodos de alta temporada, especialmente em feriados prolongados, carnaval, réveillon. Por outro lado, a evolução da infraestrutura urbana do local – que é indispensável para que haja as condições mínimas de saneamento básico e abastecimento de água, por exemplo – não acompanhou, ao longo dos tempos, com a mesma celeridade, a infraestrutura turística ali instalada, recebendo incremento mais expressivo a partir de 2010.

Outro aspecto é a forte característica de exploração por estrangeiros que o destino apresenta ao longo do tempo e o seu processo de ocupação desde o início da visitação do local por veranistas na década de 1940. Os relatos dos moradores mais antigos evidenciam a relação de troca existente entre visitante e visitado. Havia verdadeira integração, inclusive nas festividades religiosas e culturais. A acolhida e a hospedagem eram feitas pelos próprios moradores. Com o despertar da publicidade realizada pelos órgãos oficiais, visando à atração de estrangeiros, a instalação de infraestrutura foi distanciando cada vez mais a relação entre a comunidade e os visitantes, uma vez que a hospedagem passa a ser não mais nas casas dos moradores, assim como as refeições e demais serviços. E dentro desse processo, a ausência de controle gerou um cenário de ocupação do solo de forma desordenada, estimulando a urbanização turística. Na verdade, a urbanização de Morro de São Paulo confunde-se com a urbanização turística. Pelo turismo, foram instalados elementos da vida urbana, e para o turismo, novas instalações foram sendo necessárias. A vida simples e bucólica foi invadida pelo ambiente cosmopolita.

Considerações Finais

A partir dos autores selecionados para a pesquisa bibliográfica da pesquisa ora apresentada, destaca-se que o espaço pode ser compreendido sob as óticas cultural, social, ideológica, político-jurídica e econômica. Na perspectiva econômica, constata-se que a “produção” das cidades – infraestrutura, equipamentos e serviços –, inevitavelmente associa-se a em certa medida à privatização do espaço público, em submissão ao poder do grande capital. Dentro da relação urbanização e espaço, os autores estudados para o constructo teórico desta pesquisa revelam a urbanização como processo de criação, a partir da ocupação do espaço. Nesse contexto, evidenciam-se também as relações de dependência entre países desenvolvidos e não desenvolvidos. Ainda no contexto socioeconômico e político-ideológico, a urbanização transforma as cidades. Estas, por sua vez, assumem duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar, como é o caso dos destinos turísticos, notadamente os destinos litorâneos.

Na década de 1960, a ocupação do litoral foi caracterizada por dois fenômenos especificamente: a popularização das residências de veraneio e os movimentos migratórios decorrentes da industrialização dos centros urbanos.

A funcionalidade turística dos lugares constrói certa materialidade, determinando a ins-

talação de infraestrutura urbana nas áreas mais valorizadas, e assim provocando o distanciamento das áreas periféricas, dos benefícios possíveis provindos da atividade nessas cidades. Na urbanização turística, as cidades são projetadas pela determinação econômica da indústria da construção civil e pelo poder de consumo para atender ao turista e ao turismo. Esse espaço urbano passa a ser produzido para o consumo turístico, cuja finalidade é satisfazer as necessidades e desejos dos visitantes e, dessa forma, viabilizar a expansão de uma economia baseada no turismo. Por outro lado, é viabilizado o acesso a recursos urbanos de importância, como a infraestrutura de saúde, saneamento, comunicação e abastecimento de água.

Verifica-se que o destino, ao longo de muito tempo, não apresentou organização ou suporte direcionados à construção de diretrizes para o planejamento da atividade e, com isso, promoveu um cenário propício ao descontrole do uso e ocupação do solo, seja na instalação de empreendimentos turísticos, seja na exploração equivocada do recurso natural ali existente, seja ainda na instalação de unidades residenciais. Em todos os casos, o impacto ao meio ambiente provocou cenários de degradação os quais, com o passar do tempo, tornaram-se permanentes, associados à ausência de medidas eficazes de reversão ou mitigação. O turismo de massa em Morro de São Paulo, típico de lugares com apelo de sol e praia, em países não desenvolvidos, comprometeu – e compromete até hoje – o patrimônio histórico-cultural e natural do local.

Os modelos de ocupação espacial pelo turismo, identificados ao longo da pesquisa e apresentados na presente dissertação, apontam que o consumo do espaço pelo turismo ocorre de forma cíclica – apresentando características que compreendem aspectos envolvendo a oferta e a demanda turística, mas que, em geral, ocorrem em virtude da saturação pelo consumo em massa, associada à ausência de estratégias inovadoras e à não diversificação da própria oferta – e provoca o declínio, gerando retração de demanda. Esta, por sua vez, passa a buscar outros destinos.

Ao término da pesquisa, da compilação e sistematização dos resultados encontrados, constatou-se que a dinâmica espacial do objeto da pesquisa foi transformada, ao longo do tempo, pela influência direta dos elementos presentes no processo de urbanização turística, sendo com isso impactadas as relações da comunidade com os elementos culturais.

O turismo e a infraestrutura instalada, a partir dele, despertaram na comunidade o interesse por atividades que ocuparam o espaço das manifestações populares de Morro de São Paulo. Além disso, novas relações foram estabelecidas, em função de nova ordem econômica gerada pelo turismo. A população local passa a considerar a atividade turística como única alternativa econômica e geradora de renda, dada a quantidade de meios de hospedagem e restaurantes instalados para atender à demanda turística.

Referências

ARAUJO, Daniela. **Turismo e transformações socioespaciais: o caso do município de Cairu – Bahia**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2009.

BARROS, A. J. S. ; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos da metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. São Paulo: Makron Books, 2000.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

_____. **Análise estrutural do turismo**. 9. ed. São Paulo: SENAC, 2003.

_____. **Análise estrutural do turismo**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2000.

BID. **Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município de Cairu-Bahia (Cairu 2030)**. Componente A – “Diagnóstico”. Produto P1 – linha de Base da Informação Socioeconômica e Am-

- biental. Cairu, 2006. Disponível em: <http://www.cairu.ba.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2013.
- Butler, R. W. (1980). **The concept of Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources**. *The Canadian Geographer*, 24, 512.
- CAIRU. [Portal institucional]. Disponível em: <http://www.cairu.ba.gov.br>. Acesso em: 2 jan. 2014.
- CAIRU. **Relatório do Plano Diretor Municipal**. Cairu, 2004.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CONDER. [Portal institucional]. Disponível em: <http://www.conder.ba.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2013.
- CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2007
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LUCHIARI, Maria Tereza. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, L. C. (Org.). **Da Cidade ao Campo: a diversidade do saber fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia; VALNER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **O impasse da política urbana no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- PALOMO, Manuel Figuerola. 50 años del turismo de España. Diez retos de futuro para el turismo español. **Revista de Análisis Turístico**, 2007. (Depósito Legal: B-39009. Asociación Española de Expertos Científicos en Turismo (AECIT).
- PEARCE, Douglas G. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no Mercado de Viagens**. Tradução: Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2003.
- SANTOS, Milton. **A metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- TEIXEIRA F., SILVEIRA C. E. MEDAGLIA J. Aplicação da teoria do ciclo de vida das destinações turísticas em Diamantina/MG In: **CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO TURÍSTICA**, 5., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2012.
- THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**, n.3, p.20-27, set. 2009.
- VALLS, Josep-Francesc. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.